

ARRÁBIDA JÁ
SONHA COM
NOVA CHANCELA
DA UNESCO Pág. 6



CÂMARA DE SETÚBAL
INVESTE NA
REQUALIFICAÇÃO
DA SALMOURA Pág. 8



SMAS DE ALMADA
PREPARAM
INVESTIMENTO
DE OITO MILHÕES



+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1334
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
6 março
2026
0,50

semmais



PREJUÍZOS DA TEMPESTADE NA REGIÃO JÁ SOMAM 100 MILHÕES

Cálculo dos valores são ainda muito provisórios, com Setúbal a 'pedir' 50 milhões de ajuda financeira ao abrigo do PTRR. Este número deve subir drasticamente nas próximas semanas.

Pág. 2

REPORTAGEM

VOLTARAM OS BARCOS E A ESPERANÇA A PORTO BRANDÃO

Reportagem do Semmais conta como foram as noites mais dramáticas e a autarquia garante que todos os munícipes terão um teto. Pág. 4



PORTO SADINO CONTA COM 22 MILHÕES PARA ACOLHER GRANDE PLANO PARA REFORÇAR FERROVIA

A consignação das obras no troço Praias-do-Sado e a zona portuária foi aprovada esta semana, numa ação conjunta das Infraestruturas de Portugal e a Administração do Porto de Setúbal. A primeira fase está orçada em 22 num total de 40 milhões de euros.

Pág. 9

CIM UNIDA NA LUTA CONTRA ENCERRAMENTO DAS URGÊNCIAS DE OBSTETRICIA DO HOSPITAL DO BARREIRO

Pág. 5



POLITECNICO
SETUBAL
POLYTECHNIC UNIVERSITY

ATÉ ONDE
VAI O TEU
LIMITE?



MAIORES 23 ANOS

PROVAS DE ACESSO CTESP E LICENCIATURAS

CANDIDATURAS ABERTAS até 1 de abril



WWW.IPS.PT
ESTUDAR@IPS.PT



ESTRADAS E EQUIPAMENTOS ENTRE OS MAIS ATINGIDOS PELAS INTEMPÉRIES



Distrito já pediu cerca de 100 milhões de euros de apoio ao PTRR

Só para o concelho de Setúbal foram registados cerca de 50 milhões. Os valores para o distrito ainda são provisórios e deverão aumentar substancialmente nas próximas semanas.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

OS VALORES já reportados ao Governo pelos nove concelhos da península de Setúbal relativos aos prejuízos causados pelas intempéries do início de fevereiro apontam para cerca de 100 milhões de euros. Este é, no entanto, um montante provisório que deverá continuar a aumentar substancialmente nas próximas semanas, à medida que outros reportes e pedidos de auxílio financeiro forem chegando. Do total apurado até ao momento, metade é do concelho de Setúbal.

A disparidade entre os valores já apresentados por cada um dos concelhos é grande mas isso não significa que a qualquer momento os valores não possam disparar. É esse, por exemplo, o caso de Sesimbra, que no final da passada semana era o que apresentava a menor das quantias, com apenas 530 mil euros contabilizados. Neste concelho, conforme foi então noticiado, havia importantes estragos, sobretudo nos acessos à zona

portuária. Já no concelho de Almada, que registou situações de muita gravidade em Porto Brandão, Azinhaga dos Formozinhos, os montantes já confirmados atingiam os 15,9 milhões de euros.

“A contabilidade está longe de estar fechada. Há municípios que só têm 20 ocorrências participadas para efeito de recebimento de participações, ao passo que outras já reportaram centenas de casos”, explicou ao

Semmais um responsável da Área Metropolitana de Lisboa (AML) entidade que congrega 18 concelhos (nove em cada margem do Tejo) e que até ao final da semana passada registava um total de pedidos na or-

dem dos 270 milhões de euros.

De acordo com os dados coligidos pela AML, depois de Setúbal (onde já eram conhecidos 320 pedidos de auxílio financeiro), o concelho com maior montante já apurado era o de Almada, com 15,9 milhões de euros, resultantes do somatório de 260 participações.

Palmela, com 9,3 milhões de euros e 95 situações reportadas, Alcochete, com 7,9 milhões em consequência de apenas 20 casos, e Seixal, com 7,8 milhões em consequência de 150 ocorrências já transmitidas, eram, respetivamente, os terceiro, quarto e quinto concelhos com maiores montantes apurados. Depois seguia-se a Moita (4,5 milhões e 90 situações), o Montijo (1,9 milhões em consequência de 25 participações) e o Barreiro (1,4 milhões).

Ainda de acordo com o que nos foi revelado pela AML, o somatório destas verbas (que totalizam cerca de 100 milhões de euros) será incluída integralmente no Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR), o programa lançado pelo Governo para dar resposta à catástrofe climática. “Muitos dos pedidos que chegaram dizem respeito a impedimentos rodoviários, mas

Devastação em Alcácer do Sal

Dos quatro concelhos do Litoral alentejano, o caso mais grave é, de longe, o verificado em Alcácer do Sal. Os sucessivos galgamentos do Sado em direção à parte baixa da cidade, mas também a destruição parcial de diversas estradas e caminhos de terra batida terão causado prejuízos que já ascendiam a 10 milhões de euros. Na passada semana, falando ao Semmais dos danos que as intempéries deixaram na cidade, a presidente da câmara, Clarisse Campos, alertava para a necessidade de os comerciantes locais serem contemplados com verbas a fundo perdido, idênticas, de resto, às que já foram confirmadas para os agricultores. Até ao fecho desta semana ainda não se sabia que tipos de apoios financeiros irá usufruir o comércio da cidade. Também em declarações ao nosso jornal, o presidente da autarquia de Grândola, Luís Vital Alexandre, referiu que “o nosso concelho não foi tão afetado como outros”, mas

que ainda assim havia danos em estradas municipais e caminhos rurais que mereciam especial atenção. “Temos igualmente algumas situações reportadas pelos agricultores de Santa Margarida do Sado e sabemos que terão de ser efetuadas algumas demolições em edifícios mais afetados. Os levantamentos estão a ser efetuados para que se possam lançar as empreitadas”. Os mesmos levantamentos dos estragos estavam a ser efetuados no concelho de Santiago do Cacém, conforme disse ao nosso jornal o presidente Bruno Gonçalves Pereira. Também em declarações ao Semmais o presidente do município de Sines, Álvaro Beijinha, referiu que os prejuízos já contabilizados deveriam rondar os 1,5 milhões de euros. Os maiores danos, frisou, verificaram-se na estrada que liga São Torpes a Porto Covo, que desabou numa extensão de mais de uma dezena de metros.

também a problemas surgidos nas redes de drenagem de água e até nas escolas”, explicou a mesma fonte.

SETÚBAL REGISTOU QUASE 2.000 OCORRÊNCIAS

A capital de distrito era na passada semana aquela que mais problemas parecia ter. Os cerca de 50 milhões de euros contabilizados até ao final da semana diziam respeito a um total de 1.888 pedidos.

De acordo com a informação prestada ao Semmais pelo vereador Paulo Maia, responsável pelo pelouro da Proteção Civil, havia problemas identificados com carácter de urgência em áreas como a manutenção de estradas em terra batida e asfalto. Também eram consideráveis os danos em edifícios públicos. O mesmo responsável destacou ainda os trabalhos em “estabilização de taludes, incluindo os do Parque Urbano de Albarquel e as arribas da Arrábida), a reposição das malhas de retenção de pedras na mesma serra, diversas passagens hidráulicas em linhas de água e as obras de manutenção em edifícios do movimento associativo”.

O Semmais apurou ainda junto de fonte camarária que a autarquia setubalense já havia sido contemplada com 27 milhões de euros destinados à reparação da rede viária. Depois, para os trabalhos a realizar em edifícios municipais e equipamentos escolares, já estavam garantidos cinco milhões. Para a construção de muros de contenção e taludes a verba obtida ascendia já a 14 milhões. O restante montante já apurado destina-se a áreas como o saneamento e equipamentos de lazer. ■

Sines quer avançar já com reabilitação da estrada entre São Torpes e Porto Covo



IMAGEM DR

AS FORTES chuvas que se fizeram sentir um pouco por todo o território, durante a depressão Kristin, no início de fevereiro, permitiu à Barragem de Morgavel, no concelho de Sines, fazer a primeira descarga em décadas. No entanto, a força da água foi tanta que o troço do CM 1109 entre São Torpes e Porto Covo não resistiu e um aluimento de terras provocou o colapso desta estrada municipal, que se encontra encerrada desde essa altura.

“Em termos de engenharia, seguramente, não ficou bem feito. Quem dimensionou, dimensionou mal. Percebeu-se que aquela estrutura hidráulica não estava preparada para receber aquela descarga da Barragem de Morgavel que, pela primeira vez em 40 anos, teve necessidade de descarregar.”, disse ao Semmais, Álvaro Beijinha, presidente da câmara de Sines.

Para o autarca, neste momento, mais do que apurar responsabilidades junto da Águas de Santo André, entidade que gere a barragem, a prioridade é avançar com a obra naquele troço, uma empreitada que deverá custar mais de um milhão de euros. “Há muita gente que atravessa o território e se dirige a São Torpes e depois a Porto Covo através daquela estrada. A única alternativa disponível é a Nacional 120-1, que, apesar de não ficar muito longe, obriga a um percurso mais longo, algo que nem todos estão dispostos a fazer”, explicou o edil, que admite também recorrer a financiamento pelo programa Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, anunciado recentemente pelo Governo.

Álvaro Beijinha reconhece que “não será fácil” e que é um prazo “muito ambicioso e otimista”, mas pretende ter a estrada “reposta até ao verão” e assim contar com uma importante ligação de acesso para o setor económico e turístico localizado naquele ponto do concelho. “As pessoas utilizam muito aquela via porque é uma estrada junto ao mar, uma ligação mais direta e também porque dá acesso a praias e a alguns restaurantes. Se esse acesso não for reposto, nomeadamente a praias como a da Vieirinha e a esses estabelecimentos, os negócios serão claramente afetados”, sublinhou. ■

7 DIAS

PS SETÚBAL QUER ESTRATÉGIA PARA RESOLVER APANHA ILEGAL DE BIVALVES

Os deputados do PS eleitos por Setúbal apresentaram, segunda-feira, no Parlamento, um projeto de resolução que recomenda a definição, até ao final do ano, de uma estratégia para a resolução definitiva do problema da apanha ilegal de bivalves no Estuário do Tejo. No documento, os parlamentares descrevem a situação como “particularmente preocupante”, sobretudo nos concelhos da Península de Setúbal, apontando “impactos ao nível da saúde pública, das condições de trabalho, do tráfico de seres humanos e da segurança pública”.

ACORDO NA ATLANTIC FERRIES GARANTE AUMENTOS SALARIAIS

Os trabalhadores da Atlantic Ferries vão ter um aumento salarial global de 8,5 por cento, na sequência do

TERESA ALMEIDA TOMA POSSE PARA NOVO MANDATO NA CCDR LVT



A presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDR LVT), Teresa Almeida, tomou posse para um novo mandato à frente da instituição, numa cerimónia realizada em Évora. “Este é um tempo de consolidação, mas também de transformação”, sublinhou a arquiteta, que lidera a entidade desde 2019.

acordo alcançado na última reunião com a administração da empresa, anunciou, na quarta-feira, Carlos Costa, da Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações. Com o entendimento alcançado, “que vai vigorar até ao final deste ano, fica encerrado o processo negocial, conduzido de forma realista por ambas as partes”, acrescentou o dirigente sindical.

PAULO MUACHO NA LIDERANÇA PARLAMENTAR DO LIVRE

O deputado Paulo Muacho, eleito pelo círculo de Setúbal, vai assumir durante um mês a liderança parlamentar do Livre, substituindo Isabel Mendes Lopes, que irá suspender temporariamente o mandato por “razões pessoais e familiares”, segundo fonte do partido. Durante este período, “e por decisão unânime do grupo parlamentar”, Paulo Muacho assumirá a liderança da bancada.



Passou um mês e o único dinheiro que ‘anda à frente’ é o dinheiro do município porque, da parte do Governo, não temos nada

CLARISSE CAMPOS, presidente da câmara de Alcácer, sobre os prejuízos no concelho devido ao mau tempo.

AUTARQUIA DE ALMADA GARANTE QUE TODOS MUNICÍPIES TERÃO UM TETO

Voltaram os barcos e voltou a esperança a Porto Brandão

Recolhemos relatos das noites fatais, quando o casario antigo começou a abrir fundas e a ameaçar ruir. Ainda subsistem receios, porque a montanha está a desabar, mas as promessas de apoios estatais e camarários fazem renascer os sorrisos.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

“QUANDO CHEGUEI a casa, vinda do trabalho, e vi os azulejos da cozinha partidos, pensei que tivesse sido o meu marido. Pensei que ele tivesse dado uma pancada na parede e que não me quisesse contar. Ao segundo dia, pelas quatro da manhã, acordei com um grande estrondo. Estava a chover muito e a parede da cabeceira da minha cama tinha rachas enormes. O chão saltou todo. Havia rachas enormes em todo o lado”. Isabel Calhau é uma das 359 pessoas da Azinhaga dos Formozinhos, em Porto Brandão, que no início do mês passado teve de abandonar a sua casa em consequência dos desabamentos de terras. Agora sabe que a casa alugada onde residia há 60 anos já não tem salvação. Perdeu o teto, mas não perdeu a esperança e afirma que, com o apoio da câmara de Almada e da junta de freguesia há-de refazer a vida.

Recordar o período entre os dias 5 e 7 de fevereiro é como “um pesadelo”. “Ao princípio nem falava e só me apetecia chorar. Olhava para a casa e parecia que tinha caído ali uma bomba”. Agora Isabel Calhau, 62 anos, empregada de restauração em Porto Brandão, vive com uma filha na Torre da Marinha, Seixal, e está convicta que “dentro de dois ou três meses” terá “uma



casinha alugada para viver”. Foi essa a mensagem de esperança que lhe foi transmitida pela presidente da câmara de Almada, Inês Medeiros, durante a reunião realizada na segunda-feira com os desalojados do concelho.

“Com meu marido, as minhas filhas, genros e neto consegui retirar todos os haveres que tinha em casa. Mas agora sei que toda aquela zona está inabitável. Vai tudo abaixo. Mas agora já estou a ficar com outros sentimentos e tudo vai

correr bem. Tenho esperança”, diz Isabel Calhau.

A mensagem de esperança deixada por Inês Medeiros abrange um total de 502 pessoas. Para além das da Azinhaga dos Formozinhos, em Porto Brandão, há também 109 desalojados na Costa da Caparica, e 34 em Abas da Raposinha, Fonte Santa e 2.º Torrão. De acordo com a autarca ninguém irá ficar sem teto. O município irá recuperar casas que depois irá arrendar de forma apoiada, ao Passo que o Instituto da

Habituação e Recuperação Urbana (IHRU) se compromete a arranjar arrendamentos acessíveis. Para os que viviam em casas arrendadas há também a possibilidade de beneficiarem, por um período de três anos, do Programa Porta de Entrada, com um financiamento de três anos.

“A verdade é que a câmara não pode fazer mais do que está a fazer. Ajudaram-nos bastante, tal como as pessoas da junta de freguesia. Não esqueço as palavras da presidente da

câmara, que me disse: A minha querida vai ter direito a casa. Não se preocupe”, contou ainda Isabel Calhau ao Semmais.

17 PESSOAS DA MESMA FAMÍLIA DESALOJADAS

Os relatos dos dias de pânico vividos em Porto Brandão, sobretudo na Azinhaga dos Formozinhos, não cessam. O dono de um restaurante que ostenta o nome da terra lembra que esteve um mês fechado e que chegou a temer pelo negócio.

“É preciso pagar o ordenado aos sete funcionários. É que muitos deles moram em casas que ficaram completamente inutilizadas. Da minha família foram cinco as habitações declaradas irrecuperáveis. São 17 pessoas que tiveram de sair e que agora estão com outros familiares”, conta o empresário Tiago Costa.

“Voltar para aquela zona parece-me impossível. A montanha está a cair e não acho que seja dada autorização para que alguém ali volte a viver. Agora esperamos que o IHRU arranje casas para todos. As cinco onde viviam os meus familiares, a minha mãe, irmão, tias e primas, eram todas anteriores a 1951 e estavam, portanto, todas legalizadas. Isso quer dizer que todas as pessoas que ali se encontravam terão direito a habitações”, acrescenta.

Tiago Costa lembra que em Porto Brandão ainda se vive com algum receio do futuro. A restauração é o coração e motor económico da localidade e, devido ao isolamento quase total (os barcos não atracavam e a única estrada estava obstruída pelos sucessivos desabamentos) não havia clientes. “Agora, com o regresso dos barcos, as pessoas estão a voltar. Os comerciantes têm uma nova esperança, uma vez que o Governo já garantiu à Câmara que mesmo sem estado de calamidade, haverá auxílio. A Câmara montou um gabinete de apoio”, diz. ■

ULSAR investe em equipamentos de Oftalmologia e Otorrinolaringologia

A UNIDADE Local de Saúde do Arco Ribeirinho (ULSAR) adquiriu dois novos microscópios destinados aos serviços de Otorrinolaringologia e de Oftalmologia, num investimento superior a 420 mil euros financiado no âmbito do Programa Lisboa 2030.

Em comunicado enviado à nossa redação, a instituição explica que a aquisição destes equipamentos visa reforçar a capacidade de diagnóstico e de tratamento das duas espe-

cialidades, contribuindo para “uma resposta mais precisa e eficaz aos utentes”. A mesma fonte esclarece que o investimento se enquadra “na estratégia de modernização tecnológica e de melhoria contínua da qualidade dos cuidados prestados”.

No caso do Serviço de Otorrinolaringologia, o novo microscópio cirúrgico permitirá “atualizar tecnologicamente o serviço e ampliar a sua capacidade técnica”, refor-

çando a abordagem cirúrgica tanto ao nível do diagnóstico como da terapêutica. De acordo com a diretora do serviço, Ana Margarida Ramos, citada no comunicado, o equipamento contribuirá também para a modernização do Bloco Operatório. “Este investimento possibilita a realização de procedimentos com maior segurança e redução do risco cirúrgico, graças à elevada qualidade e precisão do equipamento”, afirma.

Também o Serviço de Oftalmologia passou a contar com um novo microscópio cirúrgico. O diretor do serviço, Paulo Rosa, destaca que o equipamento permitirá “garantir inovação e maior acuidade diagnóstica e terapêutica aos doentes”, além de reforçar a capacidade instalada no Bloco Operatório. Entre os benefícios apontados está a possibilidade de “aumentar o número de cirurgias por sessão operatória e melhorar a qualidade e

segurança dos procedimentos realizados”.

A compra destes equipamentos, recorda a instituição, integra a candidatura “Modernizar para melhor cuidar III”, apoiada pelo Programa Lisboa 2030, que representa um investimento global superior a um milhão de euros destinado à aquisição de vários equipamentos para atualização do parque tecnológico da ULSAR. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Falta de guardas potencia negócios e comunicações ilegais na cadeia de Setúbal



Na capital de distrito apenas há um chefe a trabalhar. Para além da utilização de televisões preparadas para utilizar ilegalmente a internet e o cabo, também se fazem negócios com telemóveis e destilam-se frutos e batatas para fazer álcool. Negócios chorudos punidos com penas insignificantes.

QUATRO RECLUSOS do Estabelecimento Prisional de Setúbal foram apanhados, na passada semana, a contactarem com o exterior através de uma televisão. Trata-se de uma infração cada vez mais em voga nas cadeias e que apenas pode ser punida com alguns dias de proibição de saída das celas. É, no entanto, uma possibilidade de muitos reclusos em cumprimento de pena poderem continuar a acompanhar ou a ordenar atividades criminosas. Os guardas prisionais dizem que estas situações se multiplicam devido à cada vez maior escassez de efetivos.

“É o pão nosso de cada dia”, disse ao Semmais um responsável do Corpo da Guarda Prisional instado a comentar a utilização proibida de telemóveis e televisões dentro das cadeias. “O Regulamento Geral foi alterado em 2011 e desde então os reclusos, podendo ter televisões, deixaram de poder ter acesso a canais por cabo. O problema é que já existem técnicos que conseguem dissimular o acesso ao cabo e à internet dentro dos aparelhos, sem ser necessário qualquer aparelho exterior. Provavelmente este é um negócio muito bem pago”, adiantou.

Muito mais frequente que o contacto por televisão é, no entanto, a utilização de telemóveis. “Podem entrar de muitos modos. Visitas, advogados e até guardas ou outros funcionários podem estar a fazer estes negócios. Também é frequente que presos que usufruem de saídas precárias regressem à cadeia com os aparelhos escondidos nas cavidades corporais. Ter um telemóvel numa cadeia é como ter uma garantia de fazer dinheiro”.

APENAS UM CHEFE NA CAPITAL DE DISTRITO

Para a fonte contactada, o problema da utilização indevida de meios de co-

municação deve-se, principalmente, à falta de efetivos. “Na cadeia de Setúbal só existe um chefe, que é quem dirige o estabelecimento. Depois, as equipas de trabalho, que deveriam ter um chefe à frente de cada uma, acabam por ser comandadas por guardas, muitas vezes sem a formação necessária. Assim se vai degradando a segurança”, explicou.

“Há cerca de um ano, quando foi descoberta uma espécie de destilaria no Estabelecimento Prisional de Setúbal, numa camarata, onde os presos utilizavam baldes destinados à limpeza para fazerem destilações, a Direção Geral dos Serviços Prisionais foi alertada para a dificuldade crescente de fiscalizar convenientemente todos os atos suspeitos. Pura e simplesmente não há gente e isso pode conduzir, em breve, a alguma desgraça”, disse ainda o mesmo responsável.

“Utilizar televisões ou telemóveis, fazer e comercializar álcool, são situações cada vez mais frequentes. Não são exclusivo de Setúbal, do Montijo ou de Pinheiro da Cruz, mas são comuns nas cadeias de todo o país. No

Montijo, por exemplo, no ano passado havia pessoas na rua a atirarem telefones para dentro dos muros da cadeia. Há negócios ilegais que se fazem com todos estes objetos e produtos. Mas a posse de um objeto não autorizado constitui apenas uma infração simples, punida com a permanência obrigatória no alojamento. É quase que um incentivo à continuação das ilegalidades”.

O estabelecimento Prisional de Setúbal, que já esteve para ser encerrado na sequência de uma reestruturação pensada pelo Ministério da Justiça, continua operacional e, devido à falta de verbas, ninguém sabe dizer quantos mais anos vai continuar aberto. Há cerca de cinco anos voltou a falar-se na possibilidade de ser construído um presídio de alta segurança em terrenos do município do Montijo, fechando de vez a cadeia existente no centro desta cidade e também a da capital de distrito. O projeto continua sem sair do papel. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Faltam 1.000 efetivos à Guarda Prisional

O Corpo da Guarda Prisional tem um quadro orgânico que prevê a existência de 5.277 guardas e 526 chefes. A realidade, no entanto, é bem diferente. Dos primeiros existem apenas 3400 enquanto os segundos são 240. “A idade média dos guardas ronda atualmente os 55 anos, enquanto a dos chefes é

de 59. O melhor, mesmo, é o Governo estimar os efetivos que ainda existem, porque qualquer dia, com reformas e falta de atratividade da profissão, não haverá quem desempenhe a função. Estimem-nos, porque qualquer dia não há”, acrescentou um responsável que solicitou anonimato.

CIM unida contra fecho de obstetrícia no Barreiro

O **MINISTÉRIO** da Saúde e a respetiva ministra estão debaixo de fogo por parte dos autarcas e associações de utentes do distrito. Tudo devido ao encerramento da urgência de obstetrícia do Hospital do Barreiro e da anunciada concentração dos serviços numa só unidade, no Garcia de Orta, em Almada. A decisão também já motivou uma posição da Comunidade Intermunicipal da Região de Setúbal, que afirma estar numa luta onde não irá recuar.

Após semanas de contestação popular, com comunicados e concentrações junto ao Hospital do Barreiro, foram os autarcas que resolveram dar mais um impulso aos protestos, tendo-se dirigido (os nove dos concelhos da península), ao Ministério da Saúde. Acabaram por não ser recebidos pela ministra Ana Paula Martins mas, ainda assim, deixaram um documento onde expressam a sua preocupação pelo que consideram ser a degradação do Serviço Nacional de Saúde devido ao sucessivo encerramento de diversas valências hospitalares em algumas cidades.

“O município da Moita associa-se a esta luta e encetará todos os esforços para preservar as urgências de obstetrícia do Hospital do Barreiro. Mantemos o foco e a vigilância ativa sobre esta temática”, anunciou o presidente da câmara da Moita, Carlos Albino.

Já o edil do Seixal, Paulo Silva, entende que a decisão ministerial “irá contribuir para o agravamento das condições ao nível da saúde pública num território cujo PIB per capita é o mais baixo do país”. O fecho do serviço de urgência de obstetrícia, diz ainda o autarca, vai também contribuir para “sobrecarregar ainda mais o Hospital Garcia de Orta”, pelo que será urgente a construção do futuro Hospital do Seixal.

Os nove autarcas, através de um comunicado, referem também que o encerramento decretado foi feito sem que antes tivessem sido auscultados ou as associações de utentes. Desmentem assim a ministra, que em declarações públicas afirmou ter dado conhecimento de todos os passos aos presidentes das câmaras. “Esta medida terá como consequência imediata uma concentração ainda maior nas urgências de obstetrícia no Hospital Garcia de Orta, tornando cada vez mais caótica a situação já existente. Estamos a falar de mulheres grávidas que ficam praticamente sem respostas de proximidade, sendo empurradas para uma unidade hospitalar que, atualmente, já não reúne condições, nem ao nível das instalações nem ao do número de profissionais de saúde, para dar resposta ao previsível aumento da procura. O cenário que se avizinha é inaceitável, prevendo-se a continuação dos partos em ambulâncias, que colocam um risco acrescido para mães e bebês”, afirma Paulo Silva. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Serra da Arrábida volta a mirar selo de Património Mundial da UNESCO

Após o reconhecimento como Reserva da Biosfera, o ICNF admite reabrir o processo para classificação da Arrábida como Património Mundial da UNESCO. A tomada de posse das novas comissões marca o arranque de um plano de ação a dez anos e reacende uma ambição antiga do território.

A AMBIÇÃO não é nova, mas ganha novo fôlego. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) considera que estão hoje reunidas condições para relançar a candidatura da Serra da Arrábida a Património Mundial da UNESCO, depois de o território ter sido reconhecido, em setembro do ano passado, como Reserva da Biosfera.

A possibilidade foi admitida por Carlos Albuquerque, diretor regional da Conservação da Natureza e das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, à margem da cerimónia de tomada de posse da Comissão Consultiva e da Comissão Científica da Arrábida Biosfera, realizada em Palmela. O responsável recordou que já existiu uma tentativa anterior, que acabou por não ter sucesso, sublinhando, contudo, que o processo deixou ensinamentos.

Em 2009, o ICNF chegou a assinar um protocolo com a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) com



IMAGEM: DR



À VELA
passeios

Há 17 anos a concretizar sonhos

Dê as Boas Vindas à Primavera!
Aproveite para relaxar e explorar o Estuário do Sado num passeio privado a bordo de um veleiro ou catamarã

Zona de embarque
Veleiro: doca de recreio das fontainhas - Setúbal
Catamarã: molho exterior de Proteção da Doca dos Pescadores • Setúbal Tróia: Marina de Tróia

Tlf: 966 178 529 ☎
(Chamada Rede Móvel Nacional)
avelapasseios@gmail.com
Visite-nos em:
www.avelapasseios.com
@avelapasseios.com f
@avelapasseios.com t
TripAdvisor avelapasseios



Peça já o seu orçamento:
966 178 529

PUBLICIDADE

vista à preparação do dossiê de candidatura a Património Mundial. A iniciativa não avançou. Anos depois, em 2016, o enfoque estratégico mudou para a classificação como Reserva da Biosfera, estatuto que viria a ser atribuído pela UNESCO. “Houve precalços e situações com as quais tivemos que aprender ao longo deste período, nomeadamente perceber o que falhou e onde poderíamos melhorar. Mas estou confiante que não é um assunto fechado”, afirmou ao Semmais, o responsável.

Por isso mesmo, Carlos Albuquerque, acredita que esse percurso não representa um recuo, mas uma etapa intermédia. E a recente classificação pela UNESCO oferece uma nova janela de oportunidade. “A distinção como Reserva da Biosfera é vista como instrumento de aprendizagem e consolidação institucional, capaz de reforçar a credibilidade de uma futura candidatura ao estatuto de Património Mundial”, sublinhou.

PRÓXIMOS DEZ ANOS PARA CONSOLIDAR TERRITÓRIO

A cerimónia ficou também marcada pela apresentação do Plano de Ação 2025–2035, documento estruturante que orientará a intervenção na Arrábida Biosfera na próxima década.

O plano define cinco objetivos estratégicos, desdobrados em 14 metas específicas e 55 ações já calendarizadas. “As nossas prioridades passam por conservar a biodiversidade e a geodiversidade, através da valorização dos serviços de ecossistema e do uso sustentável dos recursos naturais, bem como contribuir para uma sociedade mais saudável, equitativa e próspera, de modo a facilitar o conhecimento e a educação para o de-

envolvimento”, explicou Sofia Martins, secretária-geral da AMRS, entidade que, juntamente com o ICNF e as autarquias de Palmela, Sesimbra e Setúbal, integra a Comissão Executiva da Arrábida Biosfera.

A Comissão Consultiva, que integra cerca de uma centena de entidades e agentes do território, assume um papel central na articulação entre instituições, autarquias, setor científico e sociedade civil. Já a Comissão Científica, composta por 14 instituições académicas e de investigação, terá como missão fomentar parcerias, apoiar a criação de um repositório científico e colaborar na preparação de candidaturas em que a dimensão técnica seja determinante.

Para Sofia Martins estas entidades terão um “papel determinante na gestão da Reserva da Biosfera”, devendo assegurar “um ambiente propício à participação, ao diálogo qualificado e à reflexão conjunta” para a implementação do Plano de Ação e definição das futuras etapas.

A cúpula da governação da Arrábida Biosfera assenta numa Comissão Executiva que reúne o ICNF, a AMRS e os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

Mais do que uma formalidade institucional, a tomada de posse das duas comissões simboliza uma nova fase para o território. Entre a consolidação do estatuto de Reserva da Biosfera e a possibilidade de regressar à ambição do Património Mundial, a Arrábida posiciona-se, novamente, no mapa das classificações internacionais, agora com uma década de planeamento estratégico pela frente. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Utentes da Fertagus redobram queixas e continuam sem resposta aos problemas

Renovação da frota avança devagar e sem garantias de substituir atempadamente os comboios que fazem serviço há 27 anos.

“TÊM RAZÃO, mas...”. Esta foi a principal conclusão retirada pela Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul (CUTMS) que reuniu com a administração da Fertagus para reivindicar mais e melhores transportes ferroviários mas que, no entender dos seus responsáveis, saiu com as reclamações reconhecidas e sem qualquer indicação de quando poderão ver as pretensões satisfeitas.

“Decorrido um ano da reunião com o gabinete da Secretaria de Estado da Mobilidade, saímos desta reunião sem respostas concretas”, afirma a responsável da CUTMS, Aurora Almeida, salientando que “reconhece-se o problema, mas não há um comprometimento com a segu-



rança, o conforto ou a dignidade dos utentes. A concessão, no caos em que se encontra, não serve os interesses de quem trabalha e vive na Margem Sul”, adianta.

A responsável da comissão diz também que a Fertagus não está a acautelar

atempadamente a substituição do material circulante, uma vez que apenas terão sido adquiridos recentemente duas carruagens à Renfe (Espanha), que irão circular em 2026 e 2027 e que o prazo para a chegada de novos comboios é de seis anos.

Aurora Almeida considera que a frota da transportadora está “estagnada há 27 anos” e que das atuais 18 unidades, 17 estão a trabalhar continuamente, sendo previsível que se deteriore acentuadamente o seu estado no decurso dos próximos anos: “A Fertagus reconhece que deveria ser iniciado rapidamente o processo de aquisição de novos comboios, mas também diz que esse não é um assunto da sua competência”.

Lembrando que o prolongamento da circulação dos comboios até Setúbal levou a um aumento considerável do número de passageiros, a responsável da CUTMS afirma que existe agora uma sobrelotação frequente e dificuldades acrescidas para os passageiros, sobretudo os de mobilidade reduzida ou que transportem carros de bebé.

“A verdade é que tanto o Governo como a Fertagus reconhecem a sobrelotação e a degradação do serviço prestado aos passageiros, mas nada fazem para reverter a situação”, afirmou a mesma responsável. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PUBLICIDADE

TRIVALOR
Servimos bem-estar.
www.trivalor.pt

SINAL MAIS

gertal

itau

SERDIAL
RENDING

Sogemove

FEB
desde 1944

STRONG CHARON

iberlim

ticket
Serviços

TEMPORARIA

STEAM
CONSULTING

B2B

FOOD SERVICES

- Restauração Coletiva
- Restauração Pública e Catering de Eventos
- Vending

FACILITY SERVICES

- Segurança Humana e Eletrónica
- Limpeza
- Benefícios e Incentivos
- Manutenção e Gestão de Facilities
- Gestão Documental
- Trabalho Temporário e Outsourcing

LOGISTICS AND DISTRIBUTION

- Representações e Logística
- Produção Alimentar
- Produção Industrial

MANAGEMENT AND SERVICES

- Gestão Integrada de Serviços
- Serviços Partilhados
- Saúde e Segurança no Trabalho

Visite-nos!

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ESTABELECE PRIORIDADES NA OPERAÇÃO E SANEAMENTO

SMAS de Almada preveem investimento de cerca de oito milhões

Há particular atenção ao crescimento demográfico na Charneca da Caparica, bem como a intervenções nas ETAR da Quinta da Bomba, Portinho da Costa e Mutela. O orçamento global para este ano ascende a 39,8 milhões.



TEXTO DAVID MARCOS

No ano em que assinalam 75 anos de atividade ao serviço do concelho, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS) preveem, para 2026, um investimento de 7,9 milhões para manutenção de infraestruturas e reforço da operação de abastecimento e saneamento de águas residuais. O orçamento global para toda a atividade ascende a 39,8 milhões.

“Consideramos que este reforço era necessário para garantir um maior equilíbrio na resposta às populações, quer na distribuição de água, quer no saneamento e no tratamento, com investimento nas ETAR e na valorização dos recursos humanos. Neste momento, temos cerca de 400 trabalhadores, que são decisivos para assegurar esta resposta”, diz ao Semmais Luís Palma, que lidera há três meses a

presidência do Conselho de Administração.

Segundo o responsável, estão em causa a construção e reabilitação de condutas de água e co-

letores de saneamento; a reabilitação de adutoras, reservatórios e centrais; construção de novos furos de captação; ampliação do Laboratório de Água Potável; re-

forço dos sistemas de telegestão das redes e investimentos em transformação digital, incluindo software aplicacional e cibersegurança.

O reforço da operação na Charneca da Caparica e a intervenção nas três ETAR do concelho são outras das prioridades. “A Charneca é uma zona em franco crescimento populacional. Estão previstos dois novos furos de captação nas zonas de Marisol e Aroeira, onde será necessário criar estruturas que garantam uma resposta de qualidade. As ETAR são outra preocupação. Temos três unidades, na Quinta da Bomba, na Mutela e no Portinho da Costa, construídas há décadas, que têm cumprido o seu papel, mas onde é necessário realizar investimentos, para além da manutenção preventiva. Na Mutela, por exemplo, está em curso um projeto de ampliação, uma vez que se trata de uma zona expectante do concelho, sendo importante acautelar o futuro desenvolvimento populacional”, revela. ■

Ajustes na fatura dos afetados pelas intempéries

Questionado sobre os prejuízos causados pelas intempéries, o responsável referiu que ainda estão a ultimar levantamentos, mas admite que possa haver “influência no saldo de gestão” da empresa. “As zonas mais críticas foram a Costa da Caparica, Porto de Brandão e a Azinhaga dos Formozinhos. Temos conseguido dar resposta a essas populações, em especial na questão do abastecimento, mas o levantamento aponta para danos consideráveis em



algumas estruturas que, para o normal funcionamento, vão ter de ser reparadas e teremos de assumir esses investimentos”, esclarece o presidente dos SMAS. Luís Palma explicou ainda que a empresa está a preparar uma

solução para responder ao “consumo anómalo de água” registado naquelas localidades, decorrente da necessidade de limpeza das habitações. “Iremos procurar fazer um ajuste no valor da fatura, porque estamos sensíveis a estas situações e compreendemos a gravidade do que aconteceu. Ainda estamos a estudar a forma de o concretizar, mas poderá passar pela emissão de notas de crédito ou por acertos diretos no valor da fatura”, conclui.

Executivo sadino investe mais de 13,5 milhões na requalificação da Salmoura

O MUNICÍPIO de Setúbal prevê um investimento superior a 13,5 milhões na requalificação urbanística da Salmoura, em Azeitão, no âmbito do Plano de Pormenor que, já aprovado, contempla intervenções em 26 arruamentos, numa área de 1,47 quilómetros quadrados.

Fonte oficial do município esclareceu ao Semmais que este projeto, apresentado recentemente aos moradores, “foi aprovado em setembro de 2020 em Assembleia Municipal”, quando se conseguiu “estabelecer a regulamentação urbanística para toda a área do plano correspondente a 147 hectares”.

A requalificação inclui a execução de redes de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e domésticas, telecomunicações e infraestruturas elétricas, prevendo ainda arranjos exteriores, como passeios, sinalização, instalação de equipamentos e pavimentação de arruamentos.

A primeira fase, com arranque previsto para outubro, representa um investimento de cerca de 2,5 milhões e incidirá sobre a Rua de São Gonçalo, no troço compreendido entre a Estrada Vila Amélia e a Rua dos Pinheiros, bem como sobre a Rua Padre José Pires Brioso. “A fase que agora está em preparação desenvolve-se com base nas prioridades de intervenção do plano, mas também em face dos graves problemas de drenagem pluvial e inundações na Rua de S. Gonçalo, que impõem cortes de via sempre que existem ocorrências de grande pluviosidade, mas também porque todas as obras de infraestruturas dos restantes arruamentos – nomeadamente rede pluvial – entroncam nesta infraestruturas “mãe” da Rua de S. Gonçalo, pelo que esta intervenção é fundamental acontecer nesta fase”, explica a mesma fonte ao nosso jornal.

Na apresentação da empreitada, a presidente Dolores Meira, esclareceu que

o investimento será “repartido entre o município e os Serviços Municipalizados de Setúbal” e que a autarquia “procura financiamento através de uma candidatura no âmbito da mobilidade”. A edil revelou também que o projeto tem um “horizonte de dez anos”, mas que vão procurar “executá-lo o mais breve possível, com financiamento de candidaturas ou recurso a empréstimos”.

A requalificação prevê ainda uma intervenção de 2370 metros lineares de arruamentos, incluindo o troço sul da Rua Brejos de Camarate, a Rua da Salmoura e a Rua Vinha da Salmoura, num investimento estimado de 2,2 milhões e trabalhos as Rua Brejos Pequenos, Travessa da Salmoura e vias de acesso local 1 e 2, cujo investimento previsto é de 1,3 milhões.

O plano prossegue na Rua da Malhada, com uma extensão de 1200 metros, num investimento previsto de 950



mil euros, e com a reabilitação do troço norte da Rua Brejos de Camarate e de mais onze arruamentos da Salmoura, com um orçamento previsto em 2,3 milhões. Estão ainda calendarizadas intervenções nas ruas Barqueiros de Coina, Brejos Pequenos e da Pecuária, num investimento de 750 mil euros, e nas ruas dos Pinheiros e da Vinha, com estimativa orçamental de 910 mil euros. ■

TEXTO DAVID MARCOS

CONSIGNAÇÃO DAS OBRAS NO TROÇO PRAIAS-DO-SADO E A ZONA PORTUÁRIA SETUBALENSE

Investimento de 22 milhões moderniza acessos ferroviários ao porto de Setúbal

TEXTO DAVID MARCOS

A **INFRAESTRUTURAS** de Portugal (IP) formalizou esta semana a consignação da empreitada que marca o arranque das obras de modernização da ligação ferroviária entre o porto de Setúbal e Praias do Sado. Esta primeira fase representa um investimento de 22 milhões, podendo o montante global ascender aos 40 milhões com a concretização integral do projeto.

Do valor agora anunciado, 17 milhões serão assegurados pela IP e os restantes cinco milhões pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS).

A cerimónia decorreu no terminal da Autoeuropa, no porto de Setúbal, e contou com a presença do ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, que destacou a

ambição do Governo em afirmar o porto sadino como plataforma estratégica para um “hinterland” em expansão, à semelhança de Sines. “Colocar Setúbal a servir todo um eixo, uma espinha dorsal da Península Ibérica, é absolutamente essencial. Isto é dar competitividade a este porto e a esta região, mas, acima de tudo, é dar competitividade a estas empresas que orbitam nesta esfera de influência, e que sem um porto de Setúbal capaz não vão conseguir crescer”, afirmou.

Segundo Carlos Alberto Fernandes, vice presidente da IP, a intervenção deverá estar concluída em 2027 e permitirá melhorar as “condições de exploração, fiabilidade e segurança”, bem como reforçar a “competitividade, aumentando a eficiência do transporte ferroviário de mercadorias”.

O projeto contempla a eletrifi-



IMAGEM SEMMAIS

cação de linhas e do feixe de receção e expedição para os terminais da SADOPORT, TERSADO, SOMINCOR e RO/RO. Está igualmente prevista a criação de um novo feixe de linhas na zona da Cachofarra, onde será eliminada a atual passagem de nível rodoviária.

Pinto Luz deixou ainda um aviso quanto à execução da obra:

“Falhar este tipo de investimentos e falhar os prazos é falhar aos portugueses e às oportunidades de criação de riqueza”.

CHEGAR AOS 50% DE QUOTA FERROVIÁRIA

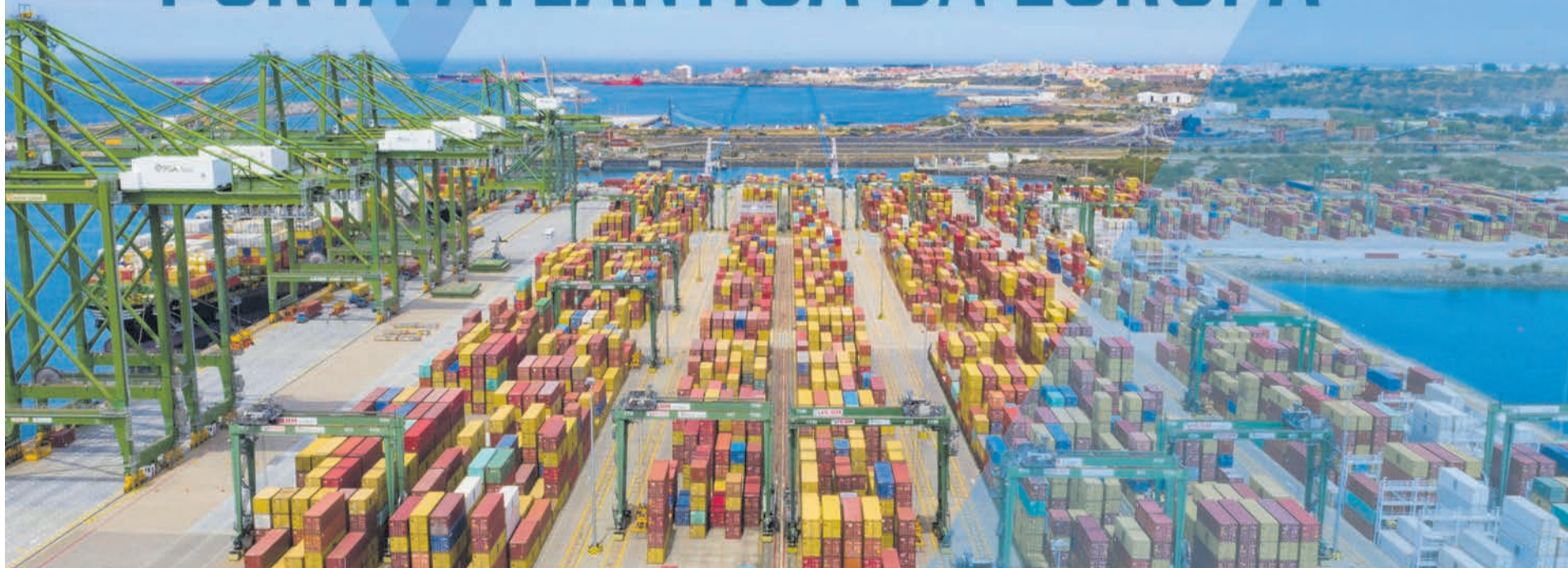
Vitor Caldeirinha, presidente do Conselho de Administração dos Portos de Lisboa

e Setúbal, sublinhou a importância crescente da ferrovia na movimentação de mercadorias. “Neste momento 27 por cento da movimentação no porto de Setúbal é feita através da ferrovia. O nosso objetivo, concretizado este projeto, queremos nos aproximar dos 30 a 40 por cento, num espaço de dez a quinze anos. Numa visão mais ambiciosa podemos chegar aos 50”, afirmou aos jornalistas.

Também a presidente da câmara, Dores Meira, considerou o investimento determinante para o concelho e para o reforço do papel estratégico do porto. “Estamos a dar mais um pulo no prestígio, na visibilidade e na importância económica que Setúbal tem na economia nacional”, sublinhou. ■

PUBLICIDADE

PORTO DE SINES PORTA ATLÂNTICA DA EUROPA



Oferecendo elevados índices de conectividade com ligações diretas regulares aos principais mercados internacionais, Sines é um porto de águas profundas, apto a movimentar quaisquer tipos de navios e cargas.

Dando prioridade ao processo de transição energética, de forma sustentável e com uma forte vertente de inovação e digitalização, o Porto de Sines promove o incremento da competitividade dos importadores e exportadores com soluções logísticas ágeis e eficientes, ao serviço da economia e do hinterland.



PORTO DE
SINES

www.portodesines.pt

ESPERADOS CERCA DE 200 ATLETAS EM PROVA COM CLUBES DE SETÚBAL E DO ALGARVE

Jovens ginastas disputam Regional de Duplo Minitrampolim no Seixal

Prova qualificativa é organizada pela Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal, Associação de Ginástica do Algarve e Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

TEXTO DAVID MARCOS

O PAVILHÃO Municipal do Alto do Moinho recebe, no domingo, a Prova Qualificativa do Regional de Duplo Minitrampolim, competição onde são esperados cerca de 200 atletas, provenientes de duas dezenas de clubes do distrito de Setúbal e também do Algarve.

A prova irá definir o quadro de apuramento para os campeonatos nacionais e conta com a organização da Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal, da Associação de Ginástica do Algarve e do Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho. “Vamos ter atletas dos escalões de infantis e juvenis base, tanto femininos como masculinos. O principal objetivo é fazer uma triagem dos ginastas já apurados nos campeonatos distritais, quer de Setúbal quer do Algarve, procedendo depois à filtragem para o acesso aos nacionais.

Para se perceber, existem quotas de acesso diferenciadas por escalão: nos infantis apuram-se os primeiros 25 ginastas, nos iniciados 15 e nos juvenis 10”, explica ao Semmais, Rui Praxedes, diretor técnico distrital.

O mesmo responsável revela que a competição, tal como está concebida e ao unir estas duas regiões, foi delineada no último ano com o objetivo de enriquecer a competitividade. “Houve o entendimento que podíamos criar uma prova com uns moldes um bocadinho mais enriquecedores e atribuir aqui, de facto, os prémios de campeão regional. Além de fazermos apenas uma prova de acesso ao Campeonato Nacional, podíamos dar aos nossos ginastas uma prova onde existisse uma competição efetiva, ou seja, uma classificação individual e uma por equipas.



IMAGEM DR

Isso não acontece em todas as outras associações do nosso país”, refere o dirigente.

REGIÃO É UMA MONTRA DE GRANDES GINASTAS

Apesar de se tratar de uma competição dedicada aos escalões de base, com atletas

entre os 6 e os 16 anos, Rui Praxedes considera que já é possível identificar bons talentos e perspectivas promissoras, colocando a região em evidência. “No nosso território tem efetivamente acontecido isso, temos muitos atletas bons e surgem com relativa frequên-

cia. Posso dizer que somos das mais fortes e, habitualmente, temos sempre ginastas do nosso distrito nos pódios a nível nacional. Tem acontecido com muita frequência”, revela o diretor técnico.

A contribuir para o surgimento frequente de novos valores está, na opinião do referido dirigente, o esforço que muitos clubes têm feito nesta especialidade de Duplo Minitrampolim, permitindo um acesso alargado e aprofundado. “Estamos a falar de um aparelho que se adquire com muito mais facilidade que um trampolim, normal, uma cama elástica que estamos mais acostumados a ver. E o facto é que, apesar de não ser uma especialidade gímnica olímpica, tem havido cada vez mais praticantes e a diferença para o trampolim tem se vindo a equilibrar. Para muitos é a iniciação para o trampolim”, acrescenta Rui Praxedes. ■

Botafogo FC de Cabanas precisa de 100 mil euros para recuperar campo de jogos



IMAGEM DR

O muro contíguo à infraestrutura desportiva colapsou em novembro e danificou o relvado sintético. O clube acabou por desistir da 2.ª Divisão da AF Setúbal, situação que agravou a captação de receitas e que preocupa os dirigentes.

O BOTAFOGO FC de Cabanas, sediado na freguesia de Quinta do Anjo, concelho de Palmela, necessita de cerca de 100 mil euros para recuperar o seu campo e retomar em pleno a atividade desportiva. Em novembro passado, a depressão Cláudia provocou o abatimento de parte do relvado sintético, na sequência da queda de um muro localizado junto à infraestrutura.

Este é o maior desafio do clube que, em outubro, celebra 86 anos de existência. O emblema não dispõe de capacidade financeira para suportar os custos da recuperação do campo, utilizado não só pela formação, mas também pela equipa sénior e pelo escalão de veteranos. “O nosso orçamento é de 30 mil euros e a obra, que prevê a estabilização das terras, a engenharia própria para o muro e a recuperação daquela parte do sintético, custará, pelo que nos foi dito 100 mil euros. É incomportável. Terá de ser através do

apoio da câmara, alguns mecenas e patrocinadores. Os sócios pagam as suas quotas, mas não são muitos, rondam os 200”, explica ao Semmais, Fernando Felicidade, vice presidente do Botafogo Cabanas.

Sem condições para a prática de futebol de 11 naquele espaço, o clube decidiu desistir da 2.ª Divisão da AF Setúbal, onde competia a equipa sénior. “Era insustentável, ainda tentámos, mas não dava para continuar. Em primeiro lugar, estávamos sempre com as casas às costas, a jogar no campo de outros clubes e isso acarreta despesas e maior pressão logística; depois o ânimo dos jogadores foi-se abatendo. A situação não é fácil e não ajuda não poderemos jogar no nosso campo, aqui no nosso conforto. Era desmotivante treinar e jogar nestas condições”, acrescenta o dirigente.

A desistência traduziu-se também numa quebra significativa de receitas: “Além da bilheteira, os bares funcionavam

nos dias de jogo e, no total, fazíamos uma média de cerca de 400 euros por encontro. Era uma ajuda importante para suportar despesas como a água e a eletricidade, que continuam a existir, tal como outras responsabilidades”, sublinha Fernando Felicidade.

Neste momento, de acordo com o mesmo responsável, o grande pilar do clube acaba por ser a formação, tanto financeiramente, devido às mensalidades pagas pelos pais dos atletas, como desportivamente, com as equipas jovens que ainda se mantém com alguma competição. “Temos 60 miúdos connosco, dos 5 aos 12 anos de idade. Vamos conseguindo treinar e jogar aqui, mas também no Quintajense e temos de manter a formação. Se perdermos a formação é o mesmo que fechar as portas”, conclui o vice presidente. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Dois novos postos Galp na Comporta? **Refrescante o ano inteiro.**

POSTOS CARVALHAL



Combustível para as suas viagens e aventuras.



Loja para aquelas compras que não podem esperar.



Self-service 24 horas num dos postos, sempre lá para si.



GARUM

restaurante

E aproveite a pausa para uma refeição no novo restaurante.
Comida de conforto!



GARUM RESTAURANTE
EN 261, KM 8,3 POSTO GALP
7570-779 CARVALHAL
T. 269 094 289

Teatro do Mar encontrou identidade na irreverência, na rua e na itinerância



Projeto fundado por Julieta Aurora Santos e pelo malogrado Vladimir Franklin ultrapassou as fronteiras de Sines e é hoje presença habitual nos cartazes nacionais de internacionais.

TEXTO DAVID MARCOS

O **TEATRO DO MAR**, sediado em Sines, assinala no domingo 40 anos de atividade, marcados por inúmeros espetáculos e iniciativas culturais e comunitárias, mas, sobretudo, por uma identidade irreverente, que acabou por se definir na rua e na itinerância.

Em conversa com o nosso jornal, Julieta Aurora Santos, que fundou a estrutura com o ator e encenador Vladimir Franklin, entretanto falecido, recorda os motivos que levaram à criação da companhia e a forma como esta definiu o seu “ADN”. “Foi algo muito simples e natural. Procurámos dar resposta a um conjunto de pessoas que tinham vontade de fazer teatro e fundámos o grupo. Éramos amadores e, ao longo do tempo, fomos desenvolvendo este trabalho de forma mais regular e intensa. O projeto consolidou-se até surgir a necessidade de profissionalizar a estrutura. Começámos no teatro, no sentido mais convencional, mas sempre tivemos uma linguagem mais irreverente e contemporânea, para a época”, explica a atriz e encenadora.

As condições dos primeiros anos de trabalho acabaram por moldar o estilo e a linha estética do Teatro do Mar às artes de rua, que continuam a ser, até hoje, a principal aposta da companhia. “Na altura, como não existia a rede de teatros que há atualmente, chegámos a atuar em condições indescritíveis, muitas vezes sem as mínimas condições, em salas de festas e salões de coletividades. Nós próprios sentimos a necessidade de nos equipar e de dar alguma dignidade às apresentações, onde quer que fossem, e isso acabou por nos levar, de alguma forma, para a rua. Começámos a abandonar, aos poucos, a palavra e o

texto, dando maior importância às linguagens do corpo e a dramaturgias mais ligadas à corporalidade”, revela Julieta Aurora Santos.

Para a responsável pela estrutura, apesar de a rua ser um “espaço duro”, que expõe o artista “ao ruído e à temperatura” e, por vezes, “ao desconhecimento de algum público”, continua a ser “a forma mais democrática de fazer chegar a arte a todos”.

FALTA UM ESPAÇO PRÓPRIO PARA A COMPANHIA

A construção desta identidade e a opção pela rua como palco permitiram, na opinião de Julieta Aurora Santos, consolidar e manter o projeto ao longo das décadas. “A rua tem proporcionado conhecimento, a possibilidade de viajar, de conhecer outros contextos e de estar em contacto com públicos diversos. Foi na rua que desenvolvemos esta linguagem, que nada tem a ver com um palco tradicional, mas antes com uma parede aberta para o público. A proximidade é, talvez, aquilo que melhor define as artes de rua”, sublinha a encenadora.

Apesar da presença regular em espaços não convencionais e da itinerância, que leva os espetáculos da companhia a todo o país e a festivais no estrangeiro, um dos grandes desejos do Teatro do Mar é encontrar uma casa definitiva em Sines. “Temos 40 anos e continuamos sem um espaço próprio, que, além disso, não está adequado ao tipo de atividade que desenvolvemos. O nosso grande sonho é ter um espaço que permita não só acolher aquilo que a companhia faz, mas também criar condições para ampliar o projeto”, defende Julieta Aurora Santos. ■

FMM Sines regressa com primeiras confirmações de quatro continentes

O FMM – Festival Músicas do Mundo regressa ao concelho de Sines entre os dias 17 e 25 de julho, para a 26.ª edição, voltando a afirmar-se como um dos principais encontros internacionais dedicados à diversidade musical e cultural.

O evento começa em Porto Covo, onde decorrem os primeiros três dias de programação, seguindo depois para Sines nos restantes seis dias. À semelhança das edições anteriores, o FMM, segundo a nota enviada à nossa redação, propõe uma experiência “cultural aberta, diversa e inclusiva, reunindo artistas e sonoridades de diferentes estilos e geografias”.

As primeiras 12 confirmações do cartaz desenham já uma viagem musical por quatro continentes, nomeadamente Ásia, Américas, África e Europa.

Entre os regressos, destaca-se Le Trio Joubran, referência da música palestina, que já passou pelo festival em 2011 e 2019. Os irmãos Samir, Wissam e Adnan apresentam agora o projeto 20 Springs, no qual celebram duas décadas de carreira, acompanhados por um quarteto de cordas e percussão, expandindo o universo sonoro dos seus tradicionais alaúdes árabes.

Nas estreias, sublinha-se a presença de Julian Marley, cantor, compositor e produtor nascido em Londres, em 1975,

e filho de Bob Marley. O músico sobe ao palco do FMM acompanhado pela banda The Uprising, para uma noite dedicada ao roots reggae, marcada pela espiritualidade rastafariana.

A representação portuguesa conta, para já, com dois nomes: A Garota Não, que regressa ao festival após um concerto em 2023, trazendo novamente a sua poesia musical de intervenção, e Pedro da Linha, figura destacada da nova música eletrónica portuguesa, com influências lusófonas e globais.

Do continente africano chegam cinco confirmações, com artistas provenientes da Nigéria, Marrocos e Togo. Da Nigéria

chegam Mádé Kuti e a dupla The Cave-men; de Marrocos, o festival recebe Aïta Mon Amour e Saad Tiouly. Já do Togo chega Nana Benz du Togo.

Relativamente à Europa, foram já anunciados os nomes de Lia Kali (Espanha) e Carola Moccia (Itália), com o seu projeto La Niña.

A primeira confirmação brasileira desta edição é Otto, cantor, percussionista e compositor natural de Pernambuco, conhecido pela abordagem inventiva com que cruza diferentes referências da música brasileira.

Para além da música, onde se aguardam por mais novidades, o festival manterá a habitual programação paralela, que inclui ateliês para crianças e famílias, sessões de contos, conversas, exposições e atividades de contacto com a natureza, entre outras iniciativas culturais. ■

TEXTO DAVID MARCOS

“Volta ao mundo em 80 caixas” no Teatro-Estúdio António Assunção

Espectáculo inspirado no clássico de Júlio Verne, promove uma viagem por diversos universos, culturas e crenças, reivindicando a importância da imaginação e da brincadeira.

“VOLTA AO MUNDO em 80 caixas”, uma coprodução do Teatro Extremo com a estrutura espanhola Markeliñe, estreia este sábado no Teatro-Estúdio António Assunção, em Almada, onde permanece até 29 de março.

O espetáculo, um original da companhia basca, destina-se a toda a família e parte do clássico da literatura “A Volta ao Mundo em 80 Dias”, de Júlio Verne, publicado no século XIX. “Esta peça surgiu há muitos anos, quando começámos a trabalhar com cartão, com caixas de cartão. A partir daí, começámos a imaginar mundos possíveis que se podiam construir com estas caixas. Durante esse processo, pensámos que seria interessante fazer com que o público sonhasse com a essência da obra de Júlio Verne, numa viagem por diversos universos, elementos culturais e crenças”, conta ao Semmais o encenador Joserra Martínez.

A peça procura, segundo o dramaturgo, “alimentar o imaginário” e recuperar um pouco “a inocência das brincadeiras de infância”. “Isto acaba por ser um jogo e o público sabe que vai assistir a uma viagem – uma viagem ao jogo, à diversão e



à transformação de objetos em tantas outras coisas. Uma ou várias caixas de cartão podem servir para múltiplos fins, estimulando a nossa imaginação”, sublinha.

Esta viagem acaba por contrastar com a realidade atual do público infantil que, segundo Joserra Martínez, “parece cada vez mais isolado” e dedica “muito do seu tempo e atenção às telas e tecnologias”. “Trata-se de uma viagem lúdica, onde se reivindica o espaço e o prazer de brincar. Uma caixa pode ser um robô, se assim o quisermos na nossa imaginação. Pode ser tudo aquilo que quisermos criar. É, acima de tudo, um espetáculo divertido, pensado para que as pessoas possam estar entretidas e desfrutar”, defende o encenador.

A coprodução com o Teatro Extremo surge, diz o dramaturgo, após diversas

participações da Markeliñe no Festival Sementes, promovido anualmente pela estrutura sediada em Almada. “Já não contávamos recuperar este espetáculo, mas fomos desafiados pelo Teatro Extremo para esta coprodução. Estamos muito satisfeitos com esta relação e tem sido muito fácil trabalhar com eles. Fizemos algumas adaptações, uma vez que contamos com intérpretes do Teatro Extremo, mas tem corrido tudo muito bem. São atores com grande sabedoria cénica, uma energia em palco muito bem controlada e precisam de poucas indicações. São grandes intérpretes, muito bem trabalhados, com muito teatro nas mãos e na cabeça”, elogia Joserra Martínez. ■

TEXTO DAVID MARCOS

César Pratas rompe o silêncio e regressa com “Sintonias”

“SINTONIAS” é o mais recente trabalho do poeta César Pratas que, após um hiato de uma década, regressa às publicações. A obra, lançada em novembro do ano passado, é apresentada este sábado na Biblioteca Municipal de Sesimbra.

Em conversa com o Semmais, o escritor refere que “nunca abandonou a poesia”, mas que utilizou este período para “maturar algumas reflexões”. “Um poeta não vive sem poesia, mas, durante este tempo em que escrevi, senti que a minha poesia ainda não estava suficientemente depurada. Vivi uma fase de transição e este livro acaba por ser um regresso a mim próprio, uma forma de me rever e de rever as minhas posições. Acho que a minha poesia é agora mais rica, fruto da minha experiência, como advogado e como poeta”, explica.

Para César Pratas, esta obra representa “uma sintonia com os seus pensamentos” e procura ser um “espelho de si próprio”: “Procurei fazer uma aná-



lise pessoal face ao mundo e às coisas, a partir das experiências que fui acumulando. Penso muito na relação do homem com o que o rodeia e na forma como se adapta ao mundo. Tentei interpretar aquilo que me tocava ou não. Não o bem ou o mal, mas o que tinha sintonia em mim”.

Ao nosso jornal, o escritor revela sentir que está a “viver o terceiro tempo” da sua obra, que começou na juventude, em Setúbal, passou pela formação em

Coimbra e, depois, se ligou a Sesimbra. “O primeiro tempo foi de introspeção, de olhar para dentro, falando muito de mim e com vários poemas de amor. A segunda fase trouxe outras preocupações, muito influenciadas pela minha vida universitária e por questões sociais. Agora sinto que regresso à introspeção, voltando a centrar os poemas em mim”, explica.

Sobre Setúbal, onde nasceu e viveu parte da sua vida, o poeta diz ter sido fortemente influenciado por Miguel de Castro e António Osório, bem como pela obra de Sebastião da Gama. “Aprendi muito com o Miguel e ele teve muita no rigor da palavra, no cantar das belezas naturais de Setúbal e a sua paisagem”, sublinha.

Já sobre Sesimbra, onde participa ativamente no Clube Naval e é reitor da Universidade Sénior, o poeta destaca as suas gentes e a forte ligação ao mar. “Sesimbra dá-me muito. Tem uma costa e praias maravilhosas. A população é também muito ligada à poesia. Sesimbra dá-me espaço para a minha vida como poeta. Sesimbra representa um encanto, esta beleza de estar entre a serra e o mar”, acrescenta. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Agenda



“RADOJKA”

O Fórum Cultural recebe a mais recente comédia de Fernando Schmidt e Christian Ibarzabal, protagonizada por Marina Mota e Rosa Villa. Neste insólito texto, as personagens são cuidadoras duma sérvia que vive em Portugal.

Alcochete

7 de março, às 21h30



“VIAGEM A LISBOA”

A partir de um texto original de Isabela Figueiredo em diálogo com o álbum “Diz À Mãe Que Está Tudo Bem” de Silk Nobre, O Clube leva ao Cinema Teatro Joaquim D’Almeida, um espetáculo-concerto “Viagem a Lisboa”.

Montijo

7 de março, às 21h30

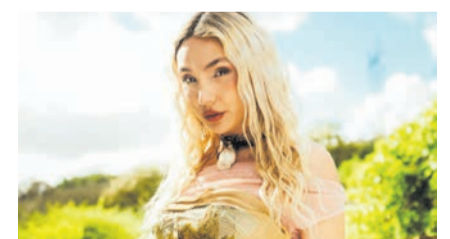


“SINFONIA HEROICA DE BEETHOVEN”

A Orquestra Metropolitana de Lisboa apresenta-se no Fórum Luísa Todi dirigida pelo maestro Sylvain Gassançon. Vão ser interpretadas a peças “Metamorfozes” de Richard Strauss, e Sinfonia N.º 3, em Mi Bemol Maior, Op. 55, Heroica, de Ludwig van Beethoven.

Setúbal

8 de março, às 16h00



CLÁUDIA PASCOAL

Com a habitual energia e cor, a cantora, vencedora do Festival da Canção de 2018, tem consolidado a sua carreira com singles como “Puras Donzelas”, “Imperial é Fino”, “Nasci Maria” e “Três é Demais”.

Almada

8 de março, às 21h30

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

A guerra e o direito internacional

As fronteiras do direito internacional nunca foram linhas fixas. São sempre, aliás, um campo de tensão permanente entre o poder e a norma. Podemos encontrar esses limites extravasados em inúmeros conflitos e guerras que nos assolam desde o século passado.

O problema surge quando essa tensão deixa de ser dialética e passa a ser imposição. Nos últimos anos, os Estados Unidos e alguns dos seus aliados estratégicos, como Israel, têm agido à margem ou acima dos mecanismos multilaterais que dizem defender, enfraquecendo a arquitetura jurídica construída no pós-guerra.

Isso não significa ignorar a natureza autoritária do regime do Irão. Trata-se de um Estado com um histórico amplamente documentado de repressão interna, perseguição política e discriminação religiosa, incluindo contra minorias sunitas. O seu regime deve ser criticado e responsabilizado. Mas a responsabilização, para ser legítima e eficaz, precisa de ocorrer nos fóruns próprios, como o Tribunal Penal Internacional ou o Tribunal Internacional de Justiça, no seio das Nações Unidas - que pode acionar mecanismos militares de contenção - e não por via de ações unilaterais, sanções indiscriminadas ou intervenções que contornam o direito internacional.

É precisamente aqui que reside a incoerência global: se há indícios de crimes contra a humanidade ou violações sistemáticas de direitos humanos, por que não são acionados de forma consequente os mecanismos de Haia? A seletividade na aplicação do direito corrói a sua autoridade. Quando a lei internacional é usada apenas contra adversários estratégicos, e ignorada quando envolve aliados, ela deixa de ser norma e passa a ser instrumento.

Quanto a Portugal, a sua posição diplomática dificilmente poderia divergir muito da matriz euro-atlântica em que se insere. No entanto, alinhar não deve significar abdicar de voz própria. Um país com tradição multilateralista e defensor do direito internacional tem margem, e talvez dever, para sublinhar a importância da coerência jurídica, mesmo quando isso implica desconforto entre parceiros.

O verdadeiro teste ao direito internacional não está em proclamá-lo, mas em aplicá-lo sem exceções convenientes. Quando os Estados mais poderosos o contornam, abrem precedentes que outros, menos escrutinados, rapidamente seguirão. E nesse momento, as fronteiras do direito deixam de ser linhas de proteção e tornam-se meros traços apagáveis no mapa do poder.



ARTUR VAZ
ESCRITOR

A Lei Laboral, parece novamente atormentar de novo no nosso dia-a-dia.

Esta opção legislativa do governo e muitas outras chagas sociais, começam novamente a abalar a vida dos portugueses.

Humilhados e descartáveis à porta dos empregos, os trabalhadores são vítimas de assédio laboral e empurrados a demitirem-se por quem tem a cobertura dos poderes instituídos para assim actuarem ilicitamente.

É do conhecimento público que muitas empresas - geridas pela segunda ou terceira geração os chamados "novos ricos" que proliferam no apodrecido tecido empresarial deste Portugal reinventado com um novo ciclo político.

Neste clima de instabilidade, e de profunda carga traumática que advém graves problemas sociais e financeiros, as famílias ficam sufocadas por desequilíbrios emocionais lactentes para toda a vida.

Perante tudo isto, surge por parte do governo uma permanente confrontação aos direitos dos



CARLOS CARDOSO
GESTOR

Os Estados Unidos iniciaram recentemente, em conjunto com Israel, uma nova ofensiva contra o Irão. A justificação apresentada é a continuação do programa nuclear iraniano. Segundo Washington, em junho de 2025 apenas uma das três instalações de enriquecimento de urânio teria sido neutralizada, mantendo-se as restantes operacionais. O argumento oficial é, portanto, a prevenção de uma ameaça nuclear.

Mas a realidade internacional raramente é tão simples quanto os comunicados oficiais sugerem. A História ensina-nos que as guerras raramente são movidas por uma única razão. Por detrás das justificações militares surgem quase sempre interesses estratégicos e económicos mais amplos.

É impossível analisar este conflito sem olhar para a China. As tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos não travaram o crescimento económico chinês. Pequim manteve a sua trajetória de expansão e consolidou a sua posição como potência global. Se a via comercial não produziu os efeitos

SEGREGAÇÃO LABORAL

trabalhadores, retirando-os em nome da transformação do novo mundo do trabalho, nem que para isso sejam violados os direitos consignados na Constituição.

Portugal face a este fenómeno, é colocado num lugar mais destacado dos países da União Europeia onde este subterfúgio é mais praticado, juntando a discriminação religiosa, étnica e sexual.

Enfim, face a estes como a outros factores coercivos, a nossa Democracia tende - caso não se cerrem barricadas - a cair num abismo de uma nova congregação ditatorial.

Sejamos objectivos, tudo vale contra quem só tem como arma, o desejo de uma paz social trabalhando dignamente e não ser considerado como mero consumível ou descartado, face aos ditos "modernos conceitos" de produtividade.

É neste "falso conceito social" que a jurisprudência consignada na lei, deverá ser mais activa e não tão benévola deixando de protelar o veredicto, originando a desmotivação e uma certa desilusão sobre a defesa e deveres dos representantes dos trabalhadores (CGTP e UGT) e representantes empresariais, bem como do próprio governo que deverá sempre agir em respeito com a sua base de apoio e no cumprimento da Constituição, que fez solene juramento.

UMA GUERRA QUE PODE SAIR CARA A PORTUGAL

desejados, é legítimo questionar se a via energética poderá estar agora em cima da mesa como instrumento de pressão.

O Estreito de Ormuz é um dos pontos mais sensíveis do planeta. Por aquela rota marítima passa uma parte significativa do petróleo mundial. A China, maior importador global de crude, apresenta uma dependência externa próxima dos 72%. Embora o Irão represente cerca de 11% das importações chinesas, aproximadamente 45% do petróleo adquirido por Pequim provém de países do Golfo, como a Arábia Saudita, o Iraque ou o Kuwait. Todos dependem, em grande medida, daquela passagem estratégica.

Uma escalada militar na região, ou mesmo a simples instabilidade prolongada, representa um risco energético sério para a China. Acresce que o Irão tem fornecido petróleo a Pequim com desconto, contornando sanções através de comércio triangular com países terceiros, muitas vezes com pagamentos liquidados em yuan. Este modelo permitiu ao Irão atenuar o impacto do isolamento ocidental e, simultaneamente, garantiu à China energia mais barata, reforçando a sua moeda e reduzindo a dependência do dólar.

Perante este enquadramento, impõe-se uma reflexão, estaremos apenas

perante uma disputa nuclear ou diante de uma guerra económica com implicações globais?

As consequências não ficarão confinadas ao Médio Oriente ou à Ásia. A Europa, ainda vulnerável após sucessivas crises energéticas, poderá enfrentar novos aumentos nos preços do petróleo e do gás. E quando a energia sobe, sobe tudo, transportes, bens essenciais, produção industrial.

Portugal, pela sua forte dependência energética externa e pela estrutura frágil da sua economia, será inevitavelmente um dos países mais expostos. Importamos a maior parte da energia que consumimos. Qualquer instabilidade internacional traduz-se rapidamente em aumentos na fatura das famílias, em maiores custos para as empresas e em nova pressão inflacionista.

Não vale a pena suavizar a realidade, se o conflito se prolongar e os mercados reagirem com escalada de preços, Portugal estará entre os grandes prejudicados. Num mundo interligado, as guerras já não se medem apenas em territórios conquistados, mas no impacto que provocam nas economias mais vulneráveis.

A linha da frente pode estar longe. Mas a fatura, essa, chegará cá rapidamente.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação **José Joaquim Cabecinha** nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa, / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais



À PARTE

LEVI MARTINS

DIRETOR DA COMPANHIA
MASCARENHAS-MARTINS

O meu plano era escrever sobre como a Câmara Municipal de Coimbra decidiu cancelar um concurso para a direcção artística do Convento de São Francisco cujo resultado já tinha sido anunciado: Mickaël de Oliveira tinha sido escolhido por unanimidade pelo júri. O concurso foi lançado em 2025 e seria a primeira vez que aquele equipamento cultural teria uma verdadeira direcção artística, ou seja, a primeira vez que não seria a autarquia a arranjar forma de, internamente ou com recursos temporários, ir programando o espaço. Os motivos invocados podem parecer compreensíveis – depois das tempestades as circunstâncias mudaram e a autarquia alega que não conseguiria “honrar o compromisso financeiro” inerente. Importa referir que o valor em causa era de 36.000 euros por ano, durante três anos. Sim, tudo faz diferença, sobretudo em momentos críticos, mas tenho a certeza absoluta que não são 36.000 euros por ano que vão resolver os problemas de Coimbra. E entretanto fica mais um exemplo de como a cultura – sobretudo quando implica autonomia e liberdade de programação – é a primeira a ser sacrificada, como se fosse uma espécie de capricho a que nos podemos dedicar apenas quando

todos os problemas do mundo estiverem resolvidos - ou seja, nunca.

Mas entretanto pensei que também podia ser importante salientar o facto de o Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida ter conseguido obter 100.000 euros por ano de apoio da RTCP/DGArtes entre 2026 e 2029 para a sua programação. Este facto comprova o esforço que tem sido feito pela Câmara Municipal do Montijo e pelas suas equipas, ao longo dos últimos anos, no sentido de investir cada vez na existência de uma programação cultural diversificada e regular. É uma boa notícia, sendo agora necessário que fique claro – até por ser um dos requisitos da RTCP – quem é efectivamente responsável pela direcção artística do CTJA.

Concluí então que o tema em causa era a dificuldade, por parte da classe política (claro que há excepções), em confiar no exercício de liberdade de programação, ou seja, de abdicar do poder de decisão no que diz respeito à programação cultural. Ou, como no caso de Coimbra, em ver nisso benefícios que importa garantir, seja qual for a circunstância. E ponho-me a pensar: porquê? Será que não há profissionais da cultura a quem se possa confiar a direcção de espaços públicos? O problema será

o de abdicar-se da subordinação de quem programa em relação aos decisores? Que outros motivos haverá para continuar a ser relativamente raro existirem direcções artísticas de espaços municipais verdadeiramente autónomas em relação ao poder político? (Importa dizer que escrevo da perspectiva de quem tem vivido um exemplo muito positivo, uma vez que a nossa estrutura programa um espaço municipal e tem contado com total confiança por parte dos executivos e técnicos da Câmara Municipal do Montijo – mas tenho consciência de que há poucos exemplos como este a nível nacional).

O que me parece fundamental é dar-se o passo de confiar em quem tem o desejo, a capacidade, a formação e a experiência para desempenhar cargos que implicam definir o que deve ser a oferta de um espaço cultural público. Conheço imensos profissionais com estas características que, não sendo funcionários públicos, fariam um excelente trabalho de serviço público. O que importa é entender-se que quem deve assumir estes cargos não deveria estar nos quadros das autarquias – porque quem está tem vínculos que não asseguram total autonomia e liberdade, que são o que garante um trabalho consequente, diferenciado, que gera valor.



VALDEMAR SANTOS
MILITANTE DO PCP

Terá sido no semmais da primeira semana de Novembro de 2014 que pudemos ler que “a actividade frenética capitalista girando em volta dos poderosos da Alemanha e da França, salvo distração e algum desenvolvimento nos Estados Unidos por iniciativa institucional de Obama, relegou para plano subalterno o fait divers daquela meia-dúzia de mega-milionários que, com Warren Buffett no comando, pretendeu sacrificar-se publicamente à taxaço das suas fortunas, propagandeando-a de peito aberto”.

O assunto centrava-se com rigor no facto deste norte-americano, em 2008/2009, disputar com Bill Gates a sorte de serem os homens mais ricos do Mundo,

UMA NOTA TEM DUAS CIDADES

começando ambos, desafio do primeiro, a “recrutar bilionários para que fimassem o compromisso de dar ao menos” (que tal?: “ao menos”...) “metade dos seus patrimónios para caridade, seja durante a vida, seja em seus testamentos” (WIKIPÉDIA).

Um pouco à maneira dos casamentos de que tão bem fala Álvaro Cunhal no “Rumo à Vitória”, de 1964, entre grandes industriais, banqueiros e latifundiários a quem o fascismo serviu, e salvaguardando as distâncias, o exibicionismo resplandecente dos Buffett era para este Relatório ao VI Congresso do PCP (“As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”) que nos conduzia: incendiar com um fósforo uma nota de vinte escu-

dos para procurar e recuperar uma de mil perdida por incúria na escuridão noctívora com que a luta de classes começava a assustar os exploradores em nada afectava o lucro crescente da exploração do homem pelo homem.

Numa esplanada atavernada de Baixa de Setúbal no início deste mês um simples freguês foi saudado pelo acompanhantes por lançar o repto de saber-se quem sabia “qual a nota quem tem duas cidades?”, e só ele saber: “Faro e Guarda”. Buffett E Companhia, nem a propósito: sabes como procurar cheirando e enriquecendo, cada vez mais, sem nunca deixar de meter ao bolso. Salva-guarde-se as distâncias, aceitais?

DIGITAL
**sem
mais**



TUDO EM
semmais.pt
**Informação segura
e confirmada.**
24 HORAS POR DIA

futurália

O TEU FUTURO COMEÇA AQUI

11 – 14 MAR
2026

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
PAVILHÃO 3

Saiba mais



cm-seixal.pt

